

“RENOVAR-SE”: OS CAPUCHINHOS NA FEIRA DE SANTANA MISSÃO VOCACIONAL - INSTALAÇÃO DO SEMINÁRIO DE SANTO ANTÔNIO.

Viviane Cerqueira Matos¹

Ione Celeste Souza²

“Os <<veteranos da missão>> gostariam que a ação dos capuchinhos no Brasil conservasse sempre o seu caráter missionário, e que o tipo de apostolado fosse sempre o das santas missões”.

Fr. Eugênio de Sanigália

Introdução

O eixo central do trabalho consiste na análise da atuação da Ordem dos Frades Capuchinhos, na perspectiva da escolarização em Feira de Santana, no período de 1952 a 1970. Através desta investigação pretendeu-se avaliar a instalação da Ordem (Projeto de missão), o Seminário e as transformações que ocorreram para implantação do Colégio Santo Antônio. Ao mesmo tempo, buscamos demonstrar que a atividade apostólica dos capuchinhos na educação, não esteve desvinculada da luta pela conservação do prestígio e pela manutenção da religião católica como organizadora da vida social, tendo em vista o avanço da modernização na cidade.

Apostolado Capuchinhos em terras baianas - breve panorama

Ao nos referirmos à ordem dos frades capuchinhos, indiscutivelmente teremos que tratar do seu apostolado, a congregação que teve sua origem na Itália no século XVI, que surgiu com a dissidência de alguns integrantes da ordem franciscana, desejosos de seguirem intensamente os passos de São Francisco de Assis, buscaram uma vida mais contemplativa conciliado com o trabalho pastoral nas comunidades.

A ordem franciscana estava dividida entre conventuais e observantes, os conventuais passaram a questionar os rigores da ordem, eram chamados assim, pois habitavam em conventos. O relaxamento das regras não agradava a alguns religiosos que não aceitavam viver de forma diferente daquilo que havia sido pregado por São Francisco de Assis, os chamados zelantes resolveram se separar dos conventuais.

Foi em uma dessas reformas dentro dos observantes que deu origem aos capuchinhos. Seus primeiros seguidores foram freis Mateus de Bascio, seguido do frei Ludovico de Fossombrone e frei Rafael. Primeiramente foram chamados de “frades menores da vida eremítica”; mas, a partir de 1531 ganharam a denominação de “fratres scapucinos” “*frades de capuz pequenos*” e logo em seguida de frades capuchinhos³.

A presença dos capuchinhos na Bahia data de 1670, apesar da presença anterior a isso das chamadas missões volantes com grande destaque a ação do frei Honorato de Nantes. Primeiro vieram os franceses da província da Bretanha, com a incumbência de catequizar os índios do sertão baiano. Após a expulsão dos franceses acusados de intermediários durante a invasão holandesa no Nordeste, vieram os irmãos italianos, também não era de interesse do reino português, apoiado no seu direito de padroado, aceitar missionários ligados a Santa Sé. Isso só foi possível graças ao apoio de Garcia D’ Ávila, que financiou a presença dos missionário em salvador e em outras áreas do Nordeste baiano⁴.

Descreve-se abaixo um relatório do fr. João de Romano em 1679, onde enumera os motivos da residência fixa dos missionários na Bahia.

Na Bahia de Todos os Santos é ainda mais necessário o hospício para satisfazer a devoção do povo que com insistência, a solicita a esta sagrada congregação e pede seis missionários italianos, entre os quais está incluída a minha pessoa, como consta nos documentos públicos enviados a vossas excelências e ao Procurador Geral segundo por que há necessidade tanto para reavivar ali as devoções como catequizar os negros seus escravos esquecidos pelos outros missionários e livrá-los da idolatria, feitiçaria, superstições e gentílicos abusos em que vivem a praticá-los sem que ninguém os repreenda, senão os italianos. (REGNE, 1998, p.186)

Concedida a instalação dos italianos pela coroa portuguesa, os capuchinhos logo conseguiram retomar as missões pelo interior da Bahia. Regni destaca que os capuchinhos encontraram apoio entre os fieis e autoridades. No entanto o desenvolvimento das missões por muitas vezes foi freado por determinação do governo português como em 1761- no período da ruptura diplomática com a cúria romana- em que o Marques de Pombal decidiu afastar todos os religiosos que fossem ligados a Santa Sé. E em 1882, no período da pós-independência, ainda estenderam algumas perseguições aos religiosos estrangeiros. Mesmo com todas as dificuldades os capuchinhos continuaram sua difusão e missão no interior baiano.

No século XIX, os articuladores da renovação católica, também contaram com o papel importante da Ordem Capuchinhos na reforma, tanto por meio das pregações como nas missões pelos sertões da Bahia. A partir de 1884 ficou decidido por decisão do capítulo geral da ordem, e depois pelo estatuto dos capuchinhos em 1893 o *Santum missionibus*, que as diversas províncias capuchinhos deveriam assumir a realização das missões.⁵

Essa descentralização do controle do apostolado favoreceu o seu desenvolvimento e os capuchinhos passaram a pregar, nos diversos povoados do Sertão a uma comunidade miscigenada. Em cada localidade permaneciam por alguns dias ministrando praticas penitencias e instruções sobre a doutrina católica. Daí a designação de “missões itinerantes”⁶. Segundo Candido da Costa e Silva, foi basicamente através destas pregações volantes que se deu a formação cristã da população sertaneja.⁷

Antes de passarmos para a análise da “missão” dos capuchinhos em Feira de Santana, gostaria de fechar essa discussão contextual da ação missionária com a celebre expressão lembrada por Candido da Costa e Silva, “*se Deus quiser*”, essa frase não pode ser dispensada da boca do sertanejo, ela o acompanha como sinal de esperança e realização daquilo que se pretende fazer numa terra em que se vive cada instante com muita dificuldade. No certame dessa discussão em que a ação missionária dos freis sofre uma adequação nas técnicas de discursos, o que Cristina Ferreira⁸ chama de ação “pedagógica missionária”. Retomo o binômio: esperança (fé) e o clima (semiárido), apontado por Candido da Costa e Silva, como fator influente na maneira como a população vivenciou a pratica do catolicismo no Sertão Nordestino, para contrapor a ação missionária na cidade de Feira de Santana, utilizando esperança no sentido de progresso e o clima como fator facilitador dessa ação. Compreendendo naturalmente o contexto histórico, geográfico e social das diferentes regiões do Sertão baiano.

Dando continuidade ao paralelismo, certamente esse não foi o cenário encontrado nas terras da “*princesa do sertão baiano*”, relatado por fr. Theodoro Serra Vale em visita a Feira de Santana em 1950.

Apreciou o desenvolvimento da cidade, procurando em seguida saber o que a mesma possuía. Dessa forma o mesmo tentou conseguir autorização para construir uma igreja, juntamente com os seus companheiros do convento da Piedade. Não tendo conseguido perante seu superior na província aqui na Bahia, escreveu diretamente para a hierarquia mais alta da Província das Marcas na Itália, onde desenvolveu um relatório

completo do possível potencial da cidade visitada, tendo, posteriormente, bons resultados para a futura fixação da Ordem na região mencionada.⁹

Frei Henrique de Áscoli missionário da época, em entrevista realizada pelo jornal Feira Hoje, recorda vivamente, já aos seus 80 anos, das tardes em que saía para caçar em companhia de outros freis: “Não existia uma só casa em toda extensão das terras. Muito mato e muitos bichos era a única paisagem que tínhamos por aqui, e era tudo calmo e belo”.¹⁰

Percebe-se nos relatos dos freis da ordem capuchinhos, que a missão ganha outra configuração, isso se levarmos em consideração o sentido conceitual e primordial da palavra. No entanto é indiscutível que as missões tiveram uma função importante para ensinar aos fieis católicos a praticarem sua religião, como destacou Cristina Ferreira. Mas o eixo dessas pregações deve-se a maneira como os missionários superaram as dificuldades, que de certa forma era uma barreira para o aprendizado das verdades a crer. Destarte, é importante salientar considerando o contexto histórico, o caminho que conduziu a ordem da entrega da missão baiana à província dos capuchinhos das marcas (1892), até a fundação da província autônoma de nossa senhora da piedade da Bahia e Sergipe (1983). Assim a antiga missão passa à categoria de Custodia provincial em 1937.¹¹

A reflexão sobre o caminho percorrido e o que ainda resta, aponta para duas tendências principais como chama atenção Pietro Regni: a conservadora e a progressista ou dinâmica. A primeira corrente, dizia o provincial “*eram incapazes de renovar-se e seguir em consonância com o sinal dos tempos*”. Os padres inovadores pelo contrário, apoiados na respeitável autoridade do Padre Geral, fr. Bernardo de Andematt, desejavam dar uma nova feição a vida missionária, transformando-a numa presença estável e juridicamente constituída dos capuchinhos no Brasil. Com essa finalidade julgavam necessário um intenso apostolado vocacional, abertura de seminários seráficos de noviciados estudantados e novas casas no âmbito das missões que lhes tinham sido confinadas.

Não obstante as polemicas e contradições citadas, ao que parece ocorreu uma simbiose entre as duas partes, nesse processo de renovação das Missões Capuchinhos. Diante do clima de instabilidade vivenciado pela igreja com a separação do Estado, considerando o processo de reforma empreendido pela Igreja Católica e as tentativas de restabelecer uma aliança com o Estado para recuperar ao menos o ambiente tradicionalmente católico. Tendo em vista a ameaça cada vez maior representada pelo protestantismo que de lá pra cá,

meados do Período Republicano, sofreu um abrupto crescimento em todo Brasil e especificamente na Bahia.¹²

Nesse sentido usando uma gradação progressiva da ordem dos fatos históricos; podemos considerar como fatores estruturantes à instalação da ordem capuchinhos, o exposto acima, e numa análise estratégica da escolha da Cidade de Feira de Santana, assim como outros pontos do interior baiano como Vitória da Conquista, Alagoinhas; cidades consideradas no período como promissoras no que tange ao potencial econômico, como elementos conjunturais, seguindo a proposta inicial da gradação.

Os Capuchinhos na Cidade de Feira de Santana

Antes de narrarmos a gênese da chegada dos Capuchinhos à cidade, achamos pertinente traçarmos o contexto histórico-geográfico da Feira de Santana. Possibilitando o entendimento do espaço e do tempo em que chegaram os missionários.

O município está localizado na zona de transição da planície, entre o recôncavo baiano e os tabuleiros semiáridos do Nordeste baiano. Como boa parte das cidades do interior é formada a partir da colonização portuguesa, e foi sendo pouco a pouco ocupada e povoada para criação de gado. Para fazê-lo, “*amansaram*” ou dizimaram populações nativas, os “*Índios*” que habitavam ao longo do que passou a se denominar “*Feira de Sant’Ana dos Olhos D’Água*” e em seguida Feira de Santana (1873)¹³.

Logo foi o progresso que levou a “*Feira*” a torna-se “*Princesa do Sertão*”, enquanto entreposto obrigatório e sua vocação comercial. Os chefes políticos e homens de negocio, em sua maioria fazendeiros, tinham exata percepção deste fato, e procuravam estabelecer-se aqui como terra de promessa.

O excerto abaixo demonstra a expectativa da chegada dos freis:

EM FEIRA DE SANTANA, A GRANDE MISSÃO- Finalmente, ainda cumprindo, com obediência e humildade, o seu destino, chega à Feira de Santana, já aquela época a mais promissora cidade do interior baiano, como portal deste imenso Sertão do nosso Estado, com a missão de adquirir área para as obras futuras.¹⁴

A história dos Capuchinhos em Feira de Santana tem sua origem nos idos de 1949, com a visita canônica em todas as casas de custódia do frei Germano de Colli. Logo em seguida

retorna a cidade em junho de 1950, com a comissão composta pelos Revm^o P.P. Frei Germano de Colli, Frei Isaias, Frei Teodoro de Serravalle delegado provincial da O. das Vocações e Frei Henrique de Áscoli fabricante da custódia. Todos com a missão de construir o Seminário “na cidade de Feira de Santana a primeira cidade depois de Salvador, capital do Estado da Bahia”. A escolha do lugar foi feita de forma criteriosa, pois precisavam de uma extensa área e boa localização “o mais próximo possível da cidade”; em oito de agosto de 1950 se fez a compra do terreno com o proprietário da chácara Deus Dará, senhor Fraternal Eliziário de Oliveira. De posse da planta em mãos, frei Henrique de Áscoli começa a construção do seminário seguindo recomendações da M.R.C. Provincial da Custódia em primeiro de julho de 1951, anunciava oficialmente a abertura da nova casa em Feira de Santana. Conforme se lê no Livro de Tombo¹⁵.

Vale ressaltar que no contexto das missões Capuchinhos segundo Pietro Regni, o empenho dirigido para a formação de vocações locais representava, de certo modo, uma novidade na história missionária dos Capuchinhos. De fato não houve uma verdadeira diligência neste sentido. Em todas as partes do novo mundo eles estiveram presentes somente como missionários apostólicos. Como observa frei Francisco: “Em vista disto só me restava manifestar meu pasmo e meu descontentamento constatando que nossas Índias permaneciam carentes de tesouro inestimável destes veneráveis padres”¹⁶.

Os motivos para o estabelecimento tardio dentre outros desconfortos do país, tenha eles formado um juízo prático de que não podem conservar seu instinto monástico sem rigor que o mesmo exige e que é observado na Europa. Além de acreditarem não haver no Brasil uma vida inspirada no alto ideal de perfeição, pois acreditavam que a população estava muito atrelada a bens materiais e na alta promiscuidade.

Mas estas razões internas não bastam para explicar o grande atraso da ordem em implantar-se definitivamente. O fenômeno estava ligado também a motivos políticos; como observa frei Melquior de Pobladora. “Os patrocinadores do Padroado Régio davam autorização para que fossem abertos mosteiros e conventos somente as ordens religiosas de longa tradição missionária, tais como, franciscana, agostinianos e dominicanos.”¹⁷

No que tange ao Brasil, havia um motivo a mais para uma política decididamente contrária a implantação da Ordem em seu território. Os missionários Capuchinhos, estrangeiros,

militavam o espírito de xenofobia, sempre avesso nas esferas políticas desde os tempos coloniais e ainda nos primeiros anos da Independência. Nesse sentido Feira de Santana, representou no cenário das missões Capuchinhos no Sertão Baiano, a fase de renovação na ação missionária, voltada para a formação de vocações locais com a instalação do Seminário seráfico estudantados de Santo Antônio.

A especulação religiosa em torno da cidade aparece também na visita de outras ordens religiosas, como os jesuítas Inacianos do colégio Antônio Vieira, em oito de fevereiro de 1930. Período que coincide com o tempo da Missão Portuguesa da Companhia de Jesus, no Nordeste (1911-1952), abrangendo Bahia, Pernambuco, com o Colégio Nóbrega e a universidade Católica de Pernambuco, Ceará, onde funcionou o Seminário, na Serra de Baturité. Como sinaliza Edivaldo Machado Boaventura “há um significado maior com a instalação do colégio. É a volta dos jesuítas à Bahia. É a segunda jornada Inaciana depois da sentida ausência, por mais de um século e meio, de 1759 a 1911”. Após a expulsão do Reino por o Marquês de Pombal¹⁸.

A visita é noticiada pelo Jornal Folha do Norte, transcrita na íntegra por nós, devido a importância e a expectativa que fora criada a partir de que o Colégio, já nesse período em Salvador, passava a ser um pólo de atração de ensino para jovens da elite baiana.

VISITA DOS JESUÍTAS À FEIRA – conforme anunciamos, efetivou-se a visita dos reverendos Padres do Colégio Antônio Vieira, da capital a essa cidade [...]

[...] Na segunda feira, os religiosos excursionistas celebraram na Matriz Capella do Asylo e do hospital e da casa do pharm. Arthur Fróes, depois em companhia do padre Mario visitaram os principais estabelecimentos da cidade. Paço Municipal, fabrica Leão do Norte, Mercado, Campo do Gado, redação do Folha do Norte e do Feira, mostrando encantados ante o progresso da urbe e a sua belleza topográfica.

[...] Em seu nome, na qualidade de ministro da Companhia de Jesus na Bahia, vice prefeito e de todos os irmãos allí presentes, agradeceu o padre Costa, dizendo que, todos elles levavam a melhor impressão de tudo quanto presenciaram e sobretudo da fidalga hospitalidade que receberam do povo feirense. Achavam-se presentes grande números de exmas. famílias e pessoas de destaque social”.¹⁹

Evidentemente que o interesse maior dessas “famílias” com a visita, fosse a aspiração da instalação de um Colégio desse nível na cidade. Tendo em vista que o mesmo desde o início firmou um alto padrão de ensino que influenciou a vida intelectual da capital.

Sendo assim decidimos refletir sobre o panorama social e cultural da cidade de Feira de Santana, sobretudo nas décadas de quarenta e cinquenta, trazendo à tona questões como: a quem interessa um estabelecimento de ensino particular como é o caso do Colégio Vieira “aspiração” e o Santo Antonio. Sendo o segundo, da ordem dos Capuchinhos desde a década de cinquenta como Seminário, quando em sessenta e dois transforma-se em colégio.

Desde a sua origem, nesse caso não me atendo a narrar à versão histórica dos fatos de fundação da cidade de Feira de Santana, há na vocação comercial o estigma da exclusão social, como afirma Josivaldo Pires de Oliveira em seu recente trabalho sobre a História das populações negras em Feira de Santana²⁰. Nessa assertiva, percebemos que, na formação social desse município baiano, a oligarquia rural sempre imperou como detentora da riqueza e do poder. E como se vê nas análises de estudos elaborados pelo brasilianista Rollie Poppino, os descendentes dos colonos perpetuaram a mesma lógica de distribuição de bens materiais e imaterial, como mecanismo de dominação e exclusão social.

Por tradição, a instrução é um privilégio, em Feira de Santana, das classes superiores e médias. A maioria da população compõem-se de pequenos lavradores, que poucas oportunidades tiveram para aprender a ler e a escrever. Além disso, nos raros casos em que funcionam escolas primárias nas áreas rurais, a maioria dos elementos dessa classe nem poderia pagar as despesas necessárias, sem retirar os filhos das roças (ROLLIE, 1968, p.14).

Evidencia-se que assim como a educação era primordial para manutenção dos filhos dos coronéis em oposição aos dos lavradores. O interesse na instalação de estabelecimentos de ensino particulares no nível da capital seria mais uma vez, artifício de perpetuação de uma classe, nesse caso a elite urbana herdeiro dessa oligarquia.

Apesar de Rollie Poppino, concluir que na Feira de Santana, há quase inexistência de barreiras para impedir que um negro ou um mulato ambicioso adquirirem bem-estar financeiro e prestígio social²¹. Destarte, considerando a influencia dos seus contemporâneos sobre estudos raciais no Brasil²², o equívoco no trabalho de Poppino persiste tendo em vista que a maioria desses estudos, no decorrer das décadas 1950 e 1960, provou o contrario da imagem inicial de harmonia racial. Mesmo relativizando o racismo brasileiro em contraste com outros países, esses estudos acabaram formulando “um problema racial brasileiro”, descreveram uma sociedade em que a classe é mais importante que a raça nas relações sociais. Na coletânea Raça como retórica a construção da diferença,

o principal objetivo é retomar o debate, como é o caso dos trabalhos de Carlos Hansenbalg (1979) e Nelson do Valle (1992), na tentativa de provar que a desigualdade no Brasil não era apenas consequência das diferenças de classe, mas que a de “raça” determinava de forma muito mais evidente a posição social dos indivíduos²³.

Ainda sobre a hipótese levantada por Rollie Poppino, Josival Pires referindo-se ao letramento na cidade de Feira de Santana na primeira metade do século XX, ressalta que o contraste existente entre as classes sociais na cidade, se dá por dois pólos: lavradores e comerciários, e desses uma pequena parte da sociedade tinha acesso à escrita, e essa por sua vez tinha origem branca.

Nesse mesmo período no cenário Nacional, tramitava no congresso a primeira Lei de Diretrizes e Bases, vivíamos o fim do Estado novo em 1945 e pela primeira vez parecíamos ainda que com varias ressalvas, estar funcionando em uma democracia. Entre os vários partidos existentes nesses anos, três deles se destacavam como preferência do eleitorado e, de certo modo, dirigiam a cena política do país: o PSD, o PTB e a UDN. Reajustes e conciliações de suas bases a parte, a UDN nasceu e permaneceu antigetulista. O PSD era tipicamente oligárquico, de bases agrárias, e a maioria de seus quadros nunca deixou de defender o *status quo* vigente. O PTB foi fundado diretamente por Getúlio Vargas para administrar as forças urbanas, em especial os trabalhadores das cidades²⁴.

Foi nesse quadro político que o Congresso Nacional, após a promulgação da constituição de 1946, há a tentativa de formulação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O fato é que a rede publica de ensino havia crescido de forma substancial desde 1930, tornando-se um patrimônio nacional que os setores mais democráticos tinham entusiasmo em defender. Por outro lado, os empresários do ensino, na falta de uma bandeira para lutarem pela defesa de seus interesses diante da tarefa de construção da nova legislação educacional, que estaria sendo processada no parlamento, usaram como escudo e arma a Igreja Católica. A Igreja aceitou a aliança informal com os empresários, uma vez que ela própria era uma das instituições interessadas na defesa de sua rede de escolas.

Do ponto de vista filosófico podemos dizer que três grupos dirigiam a Campanha de Defesa da Escola Pública²⁵.E apesar de interpenetrados em nenhum momento deixaram de manter intactas suas fronteiras teóricas, mas em ambas as concepções a escola publica era

vista como elemento não só de promoção social, mas também de estabilidade dos conflitos inerentes ao mundo moderno.

Enfim em 1961, o projeto foi aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente da Republica. O projeto recebeu mais de duzentas emendas no Senado. Florestan Fernandes considerou a aprovação do projeto uma “derrota popular” e o sancionamento da Lei pelo presidente da Republica João Goulart, “uma traição” para com as “forças democráticas e populares”. Sobre isso, Florestan Fernandes, em 1961, escreveu:

Não constitui surpresa, a maneira pela qual o sr. João Goulart encarou suas responsabilidades perante a Nação, ao sancionar o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob a assessoria do ministro da Educação do Governo, Sr. Oliveira Brito. O presidente da republica e o Sr. Oliveira Brito deram-se as mãos, em um gesto de soberano desprezo diante do destino da Democracia no país da educação popular e do desenvolvimento da instrução pública. [...] Pairava no ar a desconfiança de que sua excelência ia omitir, transigindo com os grupos poderosos, que tiveram meios para conformar o projeto de DBEN à sua avidez, aos seus desígnios e as suas ambições. [...] (GUILRALDELLI, 2009, p. 83-84).

Conhecida como a Lei n. 4.024/61, a nossa primeira LDBN garantiu igualdade de tratamento por parte do poder publico para os estabelecimentos oficiais e os particulares, o que assegurava que verbas públicas poderiam, inexoravelmente, ser carregadas para rede particular de ensino em todos os graus.

A Lei, que ficou treze anos no Congresso, e que inicialmente destinava-se a um país pouco urbanizado, acabou sendo aprovada para um Brasil industrializado e com necessidades educacionais que o Parlamento não soube perceber. Sobre a aprovação da Lei, Carlos Lacerda, diante do resultado, disse “*foi a lei que pudemos chegar*”. Anísio Teixeira, no Diário de Pernambuco, declarou: “*meia vitoria mas vitoria*”.

Nesse sentido, não tão obstante do resultado dessa aprovação da lei no cenário Nacional, o Seminário Seráfico de Santo Antônio da Ordem Capuchinhos em Feira de Santana-BA, obra educacional confessional católica desde o início 1952. Passa por profundas alterações nesse mesmo período 1961, quando transforma-se em Colégio Santo Antônio, sendo este o primeiro estabelecimento privado de educação da cidade.

Com efeito, a partir de 1962, o seminário entra numa “nova etapa”: da implantação já estabelecida, os irmãos buscaram adequá-lo aos níveis novos de exigência das leis brasileiras e as necessidades de ampliar sua atuação na área da educação católica.

Nascido do espírito aberto às necessidades da comunidade, o Colégio Santo Antônio foi pensado pelos Frades Capuchinhos como uma opção de formação cristã para as famílias de Feira de Santana. A princípio era apenas uma escola de formação para aspirantes à Ordem dos Capuchinhos, mas em 1962 abriu as portas para toda a comunidade. Ontem, como hoje, o colégio Santo Antônio continua sendo uma Escola ligada a uma visão cristã da vida, consciente de que por trás de todo conceito de educação existe uma concepção do HOMEM²⁶.

Partiu-se da hipótese de que os irmãos Capuchinhos, para o alcance de tais objetivos, assumiram em suas escolas os saberes veiculados pelo Estado, dando aos conteúdos um caráter de religiosidade, bem como propondo outros explicitamente confessionais. Noutras palavras, a hipótese era de que as instâncias civil e religiosa (Estado e Igreja) foram muito bem articulados pelos religiosos capuchinhos.

Sobre essa questão, Azzi Riolando (1997), em seu estudo sobre a História da Educação Católica no Brasil, infere: “a proposta Católica de educação hegemônica até então passa a fazer parte do enfrentamento que se dá em tempos de República nascente, de um lado as teses liberais e positivas ditas progressistas, e as de caráter conservador, dentre elas a educação católica”. Esse processo de ruptura entre esfera pública e religiosa, acelerado pelo desenvolvimento das sociedades industrializadas, alterou significativamente o modo de vida do homem moderno, tendo reflexos na estrutura escolar e nas práticas de sociabilidade²⁷. Michel Foucault mostra que nesse momento, em que a população ganhava uma nova dimensão, passando a ser vista como um problema econômico e político, vigiar era mais produtivo do que castigar e, nesse sentido, os colégios de ordens religiosas passaram a ter um papel preponderante para implantação das tecnologias disciplinares e para a consolidação dessa nova forma de poder (VARELA, 200, P.81).

Diante desse quadro, a igreja católica que, até aquele período, havia desempenhado importante papel na área educacional, atendendo aos novos métodos de ensino, essas instituições procuram elaborar seus programas pedagógicos. No entanto uma instituição apoiada desde o início com o método jesuítico ancorados em princípios como obediência, ordem e vigilância não eram suficientes na atual conjuntura e para dar sentido a essas ações, a escola necessitava acionar outros mecanismos capazes não só de legitimar as suas

práticas e auxiliar na uniformização e na melhoria da gestão do território, mas, sobretudo de promover a internalização das regras aprendidas. Para exercer a arte do bem educar, era necessário controlar bem os indivíduos (FOUCAULT, 1979, P.281-2), ou seja, o poder precisava ser exercido de acordo com um modelo preestabelecido e ser aceito pelos estudantes²⁸.

Referencias:

ABADIO, Washington, GATTI, Décio Júnior. A formação de "bons cristãos e virtuosos cidadãos" na princesa do sertão: o colégio marista diocesano de Uberaba (1903-1916). Cadernos de História da Educação - nº. 2 - jan./dez. 2003.

AQUINO, Maurício. Santo de Romaria: Cultura e Religiosidade Popular em Morte e Vida Severina. Revista Brasileira de História das Religiões, ANPUH, ano II, n 4, mai. 2009.

AZEVEDO, Thales de. As Elites de Cor numa Cidade Brasileira: Um estudo de Ascensão Social & Classe Social e Grupo de Prestígios. Salvador: EDUFBA / EGBA, 1996.

AZZI, Riolando. História da educação católica no Brasil: contribuição dos irmãos maristas – expansão da obra de Champagnat no Brasil (1947 -1972). São Paulo: SIMAR, 1997.

_____. O Estudo Leigo e Projeto ultramarino: História do pensamento católico no Brasil- IV. São Paulo, 1994.

COSTA E SILVA, Candido. Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no Sertão da Bahia: São Paulo, 1982.

FONSECA, Thais Nivia, VEIGA, Cynthia (org.). História e Historiografia da Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GHIRALDELLI, Paulo. Filosofia e historia da Educação brasileira: da colônia ao governo Lula. São Paulo: Manole, 2009.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires (org), Aloísio Resende, poeta dos candomblés: história das populações negras em Feira de Santana-Ba. Feira de Santana: Samp Editora, 2011.

REGNI, Pietro Vittorino. Os Capuchinhos na Bahia. Porto Alegre: Palloti, 1998. Vol.2- Os capuchinhos italianos (1705-1892).

_____. Vol. 3- Os capuchinhos das Marcas e a fundação da Província de Nossa Senhora da Piedade. Da prefeitura à Custódia (1892-1937).

REZENDE, Claudia Barcellos, MAGGIE, Yvonne (org.). Raça como retórica: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SANTOS, Juraci. Aspectos do Cotidiano e da Organização e Funcionamento do Internato do Ginásio Paranaense entre 1919-1942, 2011.

STRAUBE, E. C. Do Licêo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná. Curitiba: FUNDEPAR, 1993.

_____. O Internato do Ginásio Paranaense. Curitiba: Revista da Academia Paranaense de Letras. V. 39, 1998, p. 147-156.

SILVA, Elizete da. Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia: tese (doutorado em História), faculdade de filosofia, letras e C. humanas, Universidade São Paulo- USP, 1998.

SOUZA, Cristina Ferreira Santos de. Piedade e Reforma Católica na Bahia: A atuação dos Frades Menores Capuchinhos (1889-1924). Dissertação (Mestrado em História), UFBA, 2005.

_____. Os frades menores capuchinhos e a romanização na Bahia. ANPUHba.

Notas

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana

² Doutora em História Social pelo PEPGHS – PUC/SP. Professora assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS e da Universidade Católica de Salvador - UCSal

³ Piedade e reforma católica na Bahia: A Atuação dos Frades Menores Capuchinhos (1889 - 1924) / Cristina Ferreira Santos de Souza, 2005. In. Mariano D' Alatri, frei. Os Capuchinhos das Marcas. Editora Est. Rio Grande do Sul, 1998, p 16 – 17.

⁴ Regine. Pietro Vittorio. Os capuchinhos na Bahia. Porto Alegre: Palloti, 1998. Vol. 2 - Os capuchinhos italianos (1705-1892). P. 19 -20.

⁵ O statum missionibus foi aprovado pelo papa Leão XIII em 26 de Junho de 1887. Regine Pietro. *Os capuchinhos na Bahia*. Jesi: U.T.J.; 1991. V. 3 Os capuchinhos das marcas e a fundação da Província de N S da Piedade. Da Prefeitura à Custódia 1892-1937. p. 25.

⁶ As missões denominadas de populares, volantes itinerantes ou ainda de santas missões. Regine, Pietro. Vol. 3, p. 217.

⁷ Silva, Candido da Costa e. *Roteiros da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo, 1982, p. 33.

⁸ Piedade e reforma católica na Bahia: A Atuação dos Frades Menores Capuchinhos (1889 - 1924) / Cristina Ferreira Santos de Souza, 2005.

⁹ Entrevista realizada com o Sr. Fraternal Eliziário de Oliveira, 1993. O papel da igreja no processo de urbanização: a formação do bairro dos capuchinhos na cidade de Feira de Santana Bahia/ projeto: Memória do Município de Feira de Santana-uefs.

¹⁰ Entrevista ao Jornal feira Hoje. Título da matéria: “A fé transformou um lugar deserto”. Pag. 6, domingo 19/01/1992.

¹¹ ACG H/ 18 – III: relatório de fr. Eugênio a 4 de dezembro de 1900 sobre a sua visita canônica a missão da Bahia. In. Regine, Pietro. Vol. 3. P 323.

¹² Sobre a presença de protestantes anglicanos e batistas na Bahia, ver Silva, Elizete tese de doutorado em História. Faculdade de Filosofia, letras e C. Humanas, universidade de São Paulo- USP, 1998.

¹³ Discussão realizada por Larissa Penelu, sobre como a feira de Feira de Santana se combina, na maioria das abordagens locais com a própria história da cidade. *A Feira e a nova Feira: tradição, costumes e conflitos em Feira de Santana-BA1967-1977*. Penelu, Larissa. Segunda versão da monografia apresentado no curso de pós- graduação em História da Bahia. Universidade Estadual de Feira de Santana 2008.

¹⁴ Trabalho escrito, por ocasião das Bodas de Ouro de Frei Henrique. Construtor do Templo inaugurado 1961, os amigos oferecem esta recordação. Loreto-Itália, 11-07-1937- Feira de Santana, 11-07-1987.

¹⁵ Conforme se lê no, LIVRO DE TOMBO. 15 de novembro 1949. Folha 2, 3 e 4.

¹⁶ Cf. Melchior de Pobladura, El verdadero autor de la << carta familiar>>. México, 1765. In Cf. P.V. Regni. Os Capuchinhos na Bahia 1, Salvador- Porto Alegre 1988, p 89-92.

¹⁷ Melchior de Pobladura. Art. Cit. Na nota 23, Cf. 36(1966). P. 84-85. In P.V. Regni. P. 30, vol. 3. Salvador 1991.

¹⁸ Trabalho realizado em virtude da comemoração do centenário do Colégio Antonio Vieira 1911 – 2011. Vidas e Histórias de uma missão Jesuíta. Waldir Freitas de Oliveira, Edilece Souza Couto.

¹⁹ Jornal Folha do Norte. Diretor gerente- Raul Silva. Numero 1073. Feira de Santana, 8 de fevereiro de 1930. PP 2,4. In. Arquivo digitalizado no acervo da Casa do Sertão de Feira de Santana – UEFS.

²⁰ *Aloísio Resende Poeta dos candomblés*. Histórias das populações negras em Feira de Santana-Ba. Josival Pires de Oliveira. Ed.1º, Feira de Santana-Ba. Samp Editora, 2011.

²¹ Idem. Poppino 1988, p. 16

²² Ver, AZEVEDO, Thales de, **As Elites de Cor numa Cidade Brasileira: Um estudo de Ascensão Social & Classe Social e Grupo de Prestígios**. Salvador: EDUFBA / EGBA,1996. Sobre a ascensão da população negra na Salvador contemporânea.

²³ Silva, Nelson Vale e Hasenbalg, Carlos (orgs.) *relações raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1992. In. *Raça como retórica: a construção da diferença/ organizadoras, Claudia Barcellos e Yvonne Maggie*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P. 13-14.

²⁴ Ghiraldelli, Paulo. Sobre a discussão do que ele chama, de Quarta República (1945-1964) e a tentativa de formulação da Primeira Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDBN). Cap. 5. P. 73-75.

²⁵ Diferente dos debates hoje, o que estava em voga nesse período era o ensino secundário, e esses promulgadores pertenciam a correntes filosóficas opostas: o primeiro grupo girou em torno de Anísio Teixeira e inspirava-se no ideário liberal e na filosofia pragmatista americana de John Dewey. O segundo grupo, de Roque Spencer Maciel de Barros, Laerte Ramos de Carvalho, João Villa Lobos e outros, pautavam-se pelas diretrizes de um ideário liberal de cunho mais conservador ligado a filosofia de Immanuel Kant. Em ambas as concepções, a escola pública era vista não só como elemento de promoção social mais também de estabilidade dos conflitos inerentes do mundo moderno. Para o terceiro grupo tratava-se de instituir uma escola capaz de socializar a cultura para as classes trabalhadoras e um dos seus defensores era Florestan Fernandes.

²⁶ Projeto Pedagógico do Colégio Santo Antônio de feira de Santana-Ba.

²⁷ O que Hannah Arendt (1993), considerou como a principal distinção entre o mundo atual e os séculos anteriores. *Religião e política*. In: ___ *A dignidade da política: ensaios e conferências*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1993.

²⁸ FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: *o Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

___ *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.